

TRIBUNA SINDICAL

Jornal da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI



Agosto/Setembro /2014 - Ano XIV, Nº 63

Distribuição gratuita

www.cnti.org.br



XIX CONGRESSO NACIONAL DO VESTUÁRIO E DO CALÇADO DO PLANO DA CNTI

CNTI debateu, entre os dias 27 e 30 de julho, o aprimoramento e conhecimentos dos dirigentes sindicais. O evento, que contou com mais de 330 sindicalistas de 19 Estados, aconteceu no Centro de Treinamento Educacional (CTE), situado em Luziânia - GO. **Pág 4**



ELEIÇÕES 2014
CNTI
"O voto é uma procuração assinada em branco"
Vote consciente!
Faça valer os seus direitos!
Na dúvida, consulte o seu sindicato
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
SEPNorte Quadra 505 Conjunto A - CEP 70730-649 - Brasília-DF
Fone: (61) 3448-9000 - Fax: (61) 3274-7901
Site: www.cnti.org.br - E-mail: cnti@cnti.org.br

LEIA TAMBÉM

■ CNTI realiza doação de veículos para federações de MG, SP e RS. **Pág.2**

■ I Fórum Interconselhos sobre a Política Nacional de Participação Social (PNPS)! **Pág.6**

INDÚSTRIA DE PAPEL PEDE MENOS IMPOSTOS

Setor papelero debate na CAS desenvolvimento sustentável, fim da terceirização na cadeia produtiva e jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Pág.8



7º Encontro Estadual da Juventude Trabalhadora da Fetiesc e CNTI
21 de Setembro de 2014
8 horas
Primavera da Juventude: o Brasil também é jovem
Centro de Educação Sindical Ita Falesc em Itapema/SC
www.fetiesc.org.br
www.cnti.org.br

GRANDE CONQUISTA DOS ELETRICITÁRIOS

Publicada no DOU Portaria que regulamenta o direito ao adicional de periculosidade no setor elétrico brasileiro.

Pág.5



CNTI LAMENTA MORTE DE EDUARDO CAMPOS



A CNTI lamenta a morte repentina do candidato à presidência da República, Eduardo Campos, do PSB, vítima de um acidente aéreo no dia 13 de agosto, na cidade de Santos, litoral de São Paulo. "Eduardo Campos nos deixa um legado exemplar de dedicação ao trabalho e sempre disposto a contribuir para melhorar a vida das pessoas, principalmente, as mais vulneráveis", destaca José Calixto Ramos.



CNTI doa veículos para federações de MG, SP e RS

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) fez a entrega de veículos Cobalt/GM 2014/2015 para entidades filiadas, contemplando federações dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, para serem utilizados em suas atividades diárias.

Para o presidente da CNTI, José Calixto, “a entrega dos veículos era uma promessa que cumprimos com gratidão, pois agora as federações



poderão desempenhar a atividade sindical com mais rapidez”.

PROJETO GARANTE GANHO REAL PARA SALÁRIO MÍNIMO ATÉ 2019

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou o projeto que prorroga a política de valorização do salário mínimo, estabelecendo os parâmetros de reajuste para o período de 2016 a 2019. A atual prática governamental, que prevê ganhos reais acima da inflação, só terá vigência até 2015. A matéria segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde recebe decisão terminativa. Emenda apresentada na CAS também garante ganho real para as aposentadorias com valores acima do salário mínimo.

SENADO APROVA CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÕES DE APOSENTADOS

Os senadores aprovaram em Plenário o PLS 672/2011, que autoriza aposentados e pensionistas a contribuir com entidades que atuam na defesa de seus interesses. O projeto teve origem por sugestão da Confederação Brasileira dos

Aposentados e Pensionistas (Cobap) e foi apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A proposta será encaminhada à Câmara dos Deputados.

TRIBUNA SINDICAL



Jornal da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

Diretoria

José Calixto Ramos
Presidente

Aprígio Guimarães
Secretário Geral

José Francisco Filho
Secretário de Finanças

José Reginaldo Inácio
Secretário de Educação

Sônia Maria Zerino da Silva
Secretária para Assuntos de Trabalho, da Mulher, do Idoso e da Juventude

Secretários Regionais

Ricardo Alvarez Miranda
1ª Secretária da Região Norte

Marivaldo Nazareno Vieira da Silva
2ª Secretária da Região Norte

Raimundo Lopes Júnior
1ª Secretária da Região Nordeste

Pedro Ricardo Filho
2ª Secretária da Região Nordeste

Israel Ferreira de Torres
3ª Secretária da Região Nordeste

Nilton Teles dos Santos
1ª Secretária da Região Sudeste
Ozano Pereira da Silva
2ª Secretária da Região Sudeste
Cláudio Jesus Ferreira
3ª Secretária da Região Sudeste
Luiz Lopes de Lima
Secretária da Região Centro-oeste
Nelson Luiz Bonardi
1ª Secretária da Região Sul
Idemar Antônio Martini
2ª Secretária da Região Sul
Ênio Klein
3ª Secretária da Região Sul

Suplentes da Diretoria:
Amauri Martins de Oliveira
Ronei de Lima
Elisabete Alves de Matos
Egbert José Klein
Sulamita R. da Silva Oliveira Rodrigues

Conselho Fiscal:
Nivaldo Parmejani
Wanilton Reis dos Santos
João Nadir Pires

Suplentes do Conselho Fiscal:

Lauro Queiroz Rabelo
José Adriano Jansen
Nataanel Vitória Ferreira

Suplentes das Secretarias Regionais:

Antônio Acácio Moraes do Amaral
1ª Secretária da Região Norte
José Jaci Ribeiro Aires
2ª Secretária da Região da Região Norte
Fábio Dourado Gonçalves
1ª Secretária da Região Nordeste
Francisca Elói de Almeida
2ª Secretária da Região Nordeste
Alvino Aquino dos Santos
3ª Secretária da Região Nordeste
Romir da Motta
1ª Secretária da Região Sudeste
Natal Gomes Cardoso
2ª Secretária da Região Sudeste
Ismael Honório Bispo
3ª Secretária da Região Sudeste
José Roberto Silva
Secretária da Região Centro-oeste
Alexandre Donizete Martins
1ª Secretária da Região Sul

Genoír José dos Santos
2ª Secretária da Região Sul
Luís Fernando Daudt
3ª Secretária da Região Sul

Representação Profissional e Internacional:

Abenor Silveira da Silva
Antonio Maltauro Faconi
Claudete Benedita de Azevedo
Eduardo Vasconcelos C. Anunciato
Elias Azevedo Fernandes
Flávio Washington Inácio de Souza
José Maria Soares
Luiz Ary Gin
Maria Deide dos Reis Alves
Raimundo Nonato de Araújo

Redação e Edição, Diagramação, Arte e Fotelito:

TC Gráfica e Editora LTDA
Impressão: TC Gráfica e Editora LTDA
Jornalista Responsável: Roberto Lemos - RP: 8705/DF
CNTI - Endereço: SEP/Norte, Quadra 505
Conjunto A
Brasília - DF - CEP: 70.730-540 -
PABX: (61) 3448.9900
Fax: (61) 3274.7001
Internet: www.cnti.org.br

Eleições 2014

O povo brasileiro vai às urnas no próximo dia 05 de outubro para escolher os seus representantes nas várias casas legislativas, dos governos dos estados e da presidência da república.

Será mais uma oportunidade para os trabalhadores, a sociedade e o povo em geral votar nos candidatos que reúnam condições de defender os seus reais interesses.

Mas do que nunca, necessitamos da manutenção de uma política de desenvolvimento que permita a continuidade da geração de empregos permanentes, com vistas a eliminar os

riscos de uma recessão continuada, com consequências desastrosas para a indústria, comércio, agricultura e os demais setores da economia nacional.

Inadiável é a adoção de políticas de valorização da saúde, educação, seguridade social e da segurança, pois a ausência de zelo por essas políticas compromete conquistas históricas e reduz, drasticamente, a qualidade de vida do povo brasileiro.

Os trabalhadores não abrem mão de conquistas importantes adquiridas ao longo do tempo, especialmente aquelas garantidas pela Constituição Brasileira.

Diante disso, é funda-



mental que o governo adote uma nova alternativa que mude os rumos da atual política econômica e social e construa um caminho de desenvolvimento, com valorização dos trabalhadores e das nossas entidades sindicais, com respeito aos direitos fundamentais.

Por essa e outras razões,

dirijo-me aos nobres companheiros e companheiras a fim de tornar ciente que, após uma análise mais profunda sobre o momento político que vivemos, decidi apoiar a campanha de reeleição da Presidenta Dilma Rousseff e seu vice-presidente, Michel Temer, por identificar uma maior possibilidade de promover as mudanças necessárias para o país, tendo em vista já conhecer as razões que de alguma forma impediram o desenvolvimento desejado por todos.

É imperioso esclarecer que a posição que adotei é a do cidadão eleitor, José Calixto Ramos, não existindo, portanto, envolvimento oficial da **Confederação Nacional dos Trabalhadores**

na Indústria (CNTI) e da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), que tenho a honra de dirigir. Assim ajo em respeito às instituições que são pluralistas pelas suas formações e que congregam nos seus quadros posições político-partidárias diversas.

Enfatizamos a necessidade de fazer uma reflexão sobre todos os candidatos a serem eleitos para que a escolha recaia sobre aqueles que mais se identifiquem com a luta e a defesa da classe trabalhadora e que defendam, realmente, os interesses da sociedade brasileira e da soberania nacional.

Um forte abraço,
José Calixto Ramos

POSSE DA NOVA DIRETORIA DA FTIEES

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Calixto participa da cerimônia de posse da FTIEES, mandato 2014-2018

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, José Calixto, prestigiou a posse de Lauro Queiroz Rebelo na presidência da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Espírito Santo – FTIEES, juntamente com sua diretoria, para o quadriênio 2014/2018.



Agenda do presidente da CNTI, José Calixto



O presidente da CNTI, José Calixto, visitou o Sindicato de Papel e Papelão de Pernambuco (Sindpape). Presentes, Manoel Francisco, presidente do sindicato, Israel Ferreira de Torres, 3º secretário da Região Nordeste, e Herik Carneiro.



Durante visita ao Sindborracha-PE, com as presenças de Geraldo Soares, presidente do Sindicato de Borracha, com os diretores Hildelburgo e Jair, além de Israel Ferreira de Torres, 3º secretário da Região Nordeste.



Calixto também visitou a empresa Top Brindes, ao lado de José Cícero do Monte, presidente do Sindcalçados de Pernambuco, e Israel Ferreira de Torres, 3º secretário da Região Nordeste.



José Calixto durante visita com Israel Ferreira de Torres, 3º secretário da Região Nordeste, e Aurora Flora Duarte, presidente do Sindcostura de Pernambuco.





XIX Congresso Nacional do Vestuário e do Calçado do Plano da CNTI

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e o DEPAVEST realizaram entre os dias 27 e 30 de julho, o XIX Congresso Nacional do Vestuário e do Calçado e do Plano da CNTI. O evento, que contou com mais de 330 sindicalistas vindos de 19 estados, aconteceu no Centro de Treinamento Educacional (CTE), situado em Luziânia - GO. Entre os assuntos, foram discutidos o aprimoramento e conhecimentos dos dirigentes sindicais.

A cerimônia de abertura contou com a apresentação da orquestra Reciclando Sons, que tocou o Hino Nacional Brasileiro. Fizeram uso da palavra presidentes de entidades ligadas ao setor do vestuário e calçado e também o Deputado Álvaro Boessio, representando a Assembleia Legislativa do RS. João Pires, coordenador do Congresso e do Departamento Profissional do Vestuário da CNTI - Depavest, saudou a todos os presentes e o presidente da CNTI e Nova Central, José Calixto Ramos, fez um balanço do setor com os dados das pesquisas organizadas pela CNTI.

A coordenação fez uma homenagem a cinco dirigentes sindicais: José Francisco de Souza Filho (im memoriam), de Minas Gerais, Álvaro Boessio, deputado do RS, Raimundo Lopes Junior, Luis Lopes de Lima e José Calixto Ramos.

O primeiro dia do Congresso iniciou-se com um painel sobre as deliberações e realizações do Congresso anterior, com a fala de Raimundo Lopes Junior, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário do Ceará e Idemar Antônio Martini, da Federação do Vestuário de Santa Catarina, e teve como mediadores, Luis Lopes de Lima e Luzia Falcão.

Em seguida, aconteceu a palestra sobre o tema "Estrutura do Movimento Sindical: Atualidade e Perspectivas", com o Secretário de Educação da CNTI, José Reginaldo Inácio. Dando continuidade, houve a palestra de André Luis dos Santos, representante do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, que falou sobre a "Inserção do Movimento Sindical na Política Partidária e suas consequências".

O segundo dia do XIX Congresso iniciou-se com a palestra "Igualdade de Oportunidades e



Mesa de abertura do Congresso



O presidente da CNTI, José Calixto fala aos participantes

Questões de Gêneros", realizada pela secretária adjunta de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres - SP, Neuza Tito. Ela falou sobre a luta das mulheres para o reconhecimento de igualdade e oportunidades e, em seguida, abriu o debate, respondendo questionamentos dos participantes do evento. O segundo tema de debate foi "O Impacto da Economia Nacional no Setor do Calçado e

Vestuário", com palestra realizada por Ricardo Franzoi, do Dieese - RS, Karla Bras, Dieese - Brasília e Mairon Brandes, Dieese - SC.

O último dia do XIX Congresso Nacional do Vestuário e do Calçado do Plano CNTI iniciou-se com a apresentação dos relatórios dos grupos que debateram ao longo do evento. Compuseram a mesa, coordenando os trabalhos, José Calixto Ramos, presidente da CNTI, João Pires, coordenador do XIX Congresso, Sônia Maria Zerino, Secretária para Assuntos do Trabalho da Mulher, do Idoso e da Juventude da CNTI. Após a apresentação dos grupos, foi feito um documento com os apontamentos aprovados pela plenária (que oportunamente será divulgado). Os grupos Amarelo e Azul apresentaram seus relatórios encerrando, assim, o evento que reuniu sindicalistas de todo o Brasil.

Para João Nadir Pires, coordenador do evento, o XIX Congresso Nacional do Vestuário e do Calçado do Plano da CNTI foi um sucesso total. Na opinião de João Pires, o evento mostrou a força das entidades, demonstrando claramente a união do setor e o fortalecimento do Departamento, além do comprometimento de todos. "Deixo, por fim, um agradecimento meu a todos que participaram, em especial às secretarias regionais e à própria CNTI pelo acolhimento que nos concedeu ao sediar o congresso", finalizou João Pires.



Acima, concurso de beleza



Diretores sendo homenageados durante o evento

Grande conquista dos eletricitários brasileiros

Constituído desde o ano passado, o GTT (Grupo de Trabalho Tripartite – Governo, trabalhadores e empresariado) foi criado para discutir a regulamentação do anexo 4 da NR 16, que estabelece quem tem direito a receber o adicional de periculosidade por executar suas atividades no setor elétrico brasileiro. O então presidente do SINDSUL e atual presidente da Federação dos Trabalhadores Urbanos de Minas Gerais, Everson de Alcântara Tardeli, participou deste GTT representando a Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST.

Dia 16 de julho, em solenidade (foto abaixo) em que estiveram presentes José Reginaldo Inácio (Secretário de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI), José Calixto Ramos (Presidente da CNTI), e Everson Tardeli, o Ministro do Trabalho, Manoel Dias, assinou a Portaria 1.078 do Ministério do Trabalho e Emprego, que regulamenta o direito ao adicional de periculosidade no setor elétrico brasileiro. A Portaria 1.078 foi publicada no Diário Oficial da União (confira no box ao lado).

PORTARIA N- 1.078, DE 16 DE JULHO DE 2014

Aprova o Anexo 4 - Atividades e operações perigosas com energia elétrica - da Norma Regulamentadora n.º 16 - Atividades e operações perigosas.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º Aprovar o Anexo 4 - Atividades e operações perigosas com energia elétrica - da Norma Regulamentadora n.º 16 - Atividades e operações perigosas, aprovada pela Portaria 3.214, de 8 de junho de 1978, com a redação constante no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS

ANEXO 4 ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM ENERGIA ELÉTRICA

1. Têm direito ao adicional de periculosidade os trabalhadores:
 - a) que executam atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos energizados em alta tensão;
 - b) que realizam atividades ou operações com trabalho em proximidade, conforme estabelece a NR-10;
 - c) que realizam atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos energizados em baixa tensão no sistema elétrico de consumo - SEC, no caso de descumprimento do item 10.2.8 e seus subitens da NR10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
 - d) das empresas que operam em instalações ou equipamentos integrantes do sistema elétrico de potência - SEP, bem como suas contratadas, em conformidade com as atividades e respectivas áreas de risco descritas no quadro I deste anexo.
2. Não é devido o pagamento do adicional nas seguintes situações:
 - a) nas atividades ou operações no sistema elétrico de consumo em instalações ou equipamentos elétricos desenergizados e liberados para o trabalho, sem possibilidade de energização acidental, conforme estabelece a NR-10;
 - b) nas atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos alimentados por extra-baixa tensão;
 - c) nas atividades ou operações elementares realizadas em baixa tensão, tais como o uso de equipamentos elétricos energizados e os procedimentos de ligar e desligar circuitos elétricos, desde que os materiais e equipamentos elétricos estejam em conformidade com as normas técnicas oficiais estabelecidas pelos órgãos competentes e, na ausência ou omissão destas, as normas internacionais cabíveis.
3. O trabalho intermitente é equiparado à exposição permanente para fins de pagamento integral do adicional de periculosidade nos meses em que houver exposição, excluída a exposição eventual, assim considerado o caso fortuito ou que não faça parte da rotina.
4. Das atividades no sistema elétrico de potência - SEP.
 - 4.1 Para os efeitos deste anexo entende-se como atividades de construção, operação e manutenção de redes de linhas aéreas ou subterrâneas de alta e baixa tensão integrantes do SEP:
 - a) Montagem, instalação, substituição, conservação, reparos, ensaios e testes de: verificação, inspeção, levantamento, supervisão e fiscalização; fusíveis, condutores, para-raios, postes, torres, chaves, muflas, isoladores, transformadores, capacitores, medidores, reguladores de tensão, religadores, seccionadores, carrier (onda portadora via linhas de transmissão), cruzetas, relé e braço de iluminação pública, aparelho de medição gráfica, bases de concreto ou alvenaria de torres, postes e estrutura de sustentação de redes e linhas aéreas e demais componentes das redes aéreas;
 - b) Corte e poda de árvores;
 - c) Ligações e cortes de consumidores;
 - d) Manobras aéreas e subterrâneas de redes e linhas;
 - e) Manobras em subestação;
 - f) Testes de curto em linhas de transmissão;
 - g) Manutenção de fontes de alimentação de sistemas de comunicação;
 - h) Leitura em consumidores de alta tensão;
 - i) Aferição em equipamentos de medição;
 - j) Medidas de resistências, lançamento e instalação de cabo contra-peso;
 - k) Medidas de campo eletromagnético, rádio, interferência e correntes induzidas;
 - l) Testes elétricos em instalações de terceiros em faixas de linhas de transmissão (oleodutos, gasodutos etc);
 - 4.2 Para os efeitos deste anexo entende-se como atividades de construção, operação e manutenção nas usinas, unidades geradoras, subestações e cabinas de distribuição em operações, integrantes do SEP:
 - a) Montagem, desmontagem, operação e conservação de: medidores, relés, chaves, disjuntores e religadoras, caixas de controle, cabos de força, cabos de controle, barramentos, baterias e carregadores, transformadores, sistemas anti-incêndio e de resfriamento, bancos de capacitores, reatores, reguladores, equipamentos eletrônicos, eletromecânico e eletroeletrônicos, painéis, para-raios, áreas de circulação, estruturas-suporte e demais instalações e equipamentos elétricos;
 - b) Construção de: valas de dutos, canaletas, bases de equipamentos, estruturas, condutos e demais instalações;
 - c) Serviços de limpeza, pintura e sinalização de instalações e equipamentos elétricos;
 - d) Ensaios, testes, medições, supervisão, fiscalizações e levantamentos de circuitos e equipamentos elétricos, eletrônicos de telecomunicações e telecontrole.
- m) Pintura de estruturas e equipamentos;
- n) Verificação, inspeção, inclusive aérea, fiscalização, levantamento de dados e supervisão de serviços técnicos;
- o) Montagem, instalação, substituição, manutenção e reparos de: barramentos, transformadores, disjuntores, chaves e seccionadoras, condensadores, chaves a óleo, transformadores para instrumentos, cabos subterrâneos e subaquáticos, painéis, circuitos elétricos, contatos, muflas e isoladores e demais componentes de redes subterrâneas;
- p) Construção civil, instalação, substituição e limpeza de: valas, bancos de dutos, dutos, condutos, canaletas, galerias, túneis, caixas ou poços de inspeção, câmaras;
- q) Medição, verificação, ensaios, testes, inspeção, fiscalização, levantamento de dados e supervisões de serviços técnicos.



I Encontro de Valorização da Mulher no Mercado de Trabalho de Castanhal - PA

A CNTI, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil de Castanhal, a 2ª Secretária da Região Norte e a FETIPA realizaram, em Castanhal (PA), no dia 29 de junho, o I Encontro de Valorização da Mulher no Mercado de Trabalho, na sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem nos Estados do Pará e Amapá, que contou com a participação das trabalhadoras deste setor.

Na abertura do evento, o presidente da FETIPA, Aires, o secretário Regional da CNTI no Estado do Pará e Amapá, Marivaldo, e o presidente do Sindicato, Gerson Marques, ressaltaram a importância do reconhecimento da mulher nas mais diversas áreas de atuação, especialmente no meio sindical e político. A secretária para Assuntos da Mulher da CNTI, Sônia Zerino, saudou os presentes e destacou a necessidade das mulheres cada vez mais se libertarem, no sentido de garantirem sua emancipação.

O encontro terminou com uma apresentação cultural junina formada pelo Departamento de Aposentados do Sindicato, coordenada por Terezinha Vitorino de Souza, diretora do Sindicato e Secretária para Assuntos da Mulher da FETIPA.



Mulheres Trabalhadoras de Roca Sales (RS) participam do Ciclo de Palestras



No dia 31 de maio foi realizado, no auditório do Sindicato dos Trabalhadores do Couro e Artefatos, em Roca Sales (RS), o 1º Encontro de Mulheres Trabalhadora na Indústria do Vestuário e Calçados da cidade. A programação contou com palestras sobre os temas: **Seja Feliz, Saúde da Mulher e A Mulher no Cenário Político**. O evento foi uma realização da CNTI por meio da Secretaria da Mulher, 3ª Secretária da Região Sul e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário e Calçados de Roca Sales.

Várias companheiras destacaram a importância do encontro, parabenizando a presidente do STI do Vestuário e Calçados Roca Sales pela iniciativa e agradecendo a CNTI pelo apoio e empenho que a confederação vem, ao longo dos anos, dedicando aos trabalhadores industriários.

25 anos do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário de Apucarana (PR)

Grande festa em comemoração aos 25 anos do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário de Apucarana (PR). A confraternização contou com a presença de quase 1000 trabalhadores, onde também foram realizadas homenagens alusivas ao Dia da Costureira.



Congresso da Confederação das Mulheres do Brasil

Aconteceu nos dias 07 e 08 de junho o **IV Congresso da Confederação das Mulheres do Brasil - CMB**, realizado em São Paulo, com objetivo de construir propostas que vá de encontro ao pleno desenvolvimento da mulher na luta para que o Brasil volte a crescer. Durante o congresso foi realizada a eleição da nova diretoria da CBM. Sônia Maria Zerino, diretora da Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, Idoso e Juventude da CNTI, tomou posse na nova diretoria com o cargo de 2ª Vice-Presidente, na qual representa a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI.

1º Fórum Interconselhos da Política Nacional de Participação Social

A representante da CNTI no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Sônia Zerino, participou nos dias 1º e 2 de agosto, em Brasília, do **1º Fórum Interconselhos sobre a Política Nacional de Participação Social (PNPS)**. Organizado pela Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR), o evento aconteceu no Palácio do Planalto e reuniu Conselhos Nacionais, Ouvidorias Federais, Comissões Organizadoras das Conferências Nacionais, Organizações da sociedade civil e pesquisadores.

A PNPS foi instituída pelo Decreto nº 8243/2014, norma que também criou o

Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). De acordo com o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, responsável pelas iniciativas, o objetivo do Governo é organizar e garantir instâncias permanentes de diálogo e incentivar a sociedade na elaboração, na implementação e no acompanhamento das políticas públicas. O ministro afirmou que a iniciativa da presidenta Dilma Rousseff, ao decidir pelo Decreto, não teve a intenção de criar antagonismo com o Congresso Nacional, nem retirar suas atribuições e muito menos interferir nos outros poderes e/ou outros entes federativos.

ENCONTROS REGIONAIS SOBRE POLÍTICA E ESTADO REALIZADOS DE 24/04 A 07/06-2014 PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS

■ FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO:

1. Preparar e formar quadros do movimento sindical acerca do sistema político e estrutura do Estado;
2. Identificar, em níveis estadual e municipal, as políticas públicas existentes, articulando-as quanto às diferenças e aquilo que pode ser articulado e replicado de modo interestadual ou intermunicipal;
3. Identificar e divulgar os projetos de lei, não só na esfera federal, mas também nos estados e municípios, de interesse das classes trabalhadoras, seja para apoiar ou combater;
4. Elaborar sistematicamente, preferencialmente em módulos, slides e vídeos relacionados aos conteúdos apresentados nos Encontros Regionais sobre Política e Estado, com a finalidade de replicá-los (inteligivelmente) nas entidades sindicais de base;
5. Elaborar quites de orientação e formação política contendo comparativos e análises de gestão governamental, além de cartazes, cartilhas, vídeos, panfletos;
6. Promover debate nacional sobre formação profissional, com ênfase no Pronatec e Sistema "S";
7. Promover cursos sobre uso eficiente da internet (aparelhos/sistemas/aplicativos e instrumentos de comunicação), com a finalidade ampliar a emancipação da ação sindical e política;
8. Promover encontros/cursos sobre Políticas Públicas, em especial acerca da Saúde Pública e Programas de Transferência de Renda;
9. Intensificar, sobretudo pelas bases, a promoção de audiências públicas direcionadas a maior inserção dos sindicalistas e trabalhadores na realidade política e social local, bem como visando à formação política;
10. Promover reuniões periódicas, sobretudo pela base, visando análise continuada da realidade social e trabalhista das classes trabalhadoras, garantindo-se, assim, além da formação política, a preparação de quadros para o sindicalismo;
11. Propor que seja mantido, como parte das ações da CNTI, encontros regionais desta natureza, anualmente.

■ SINDICAL - AÇÕES, DIVULGAÇÃO e CAMPANHA:

1. Sistematizar as proposições e ideias surgidas nos encontros regionais em documento único, bem como dar ampla divulgação aos resultados da pesquisa (cartilha e/ou livro);
2. Intensificar campanhas para maior participação das mulheres e negros na política, inclusive na política sindical;
3. Priorizar às entidades de grau superior ações e pautas diferenciadas relativas às diversas formas de custeio das entidades sindicais, sobretudo com evidência aos projetos de lei envolvidos;
4. Intensificar divulgação de atos do executivo e do legislativo, bem como agenda e/ou pauta política, além das proposições, ou matérias, em fase de sanção presidencial;
5. Acompanhar, sistematicamente, agendas ou atos das lideranças partidárias, sobretudo quanto aos votos de bancada que coloquem em evidência pautas com avanço ou risco a direitos dos trabalhadores;
6. Propor Mandado de Injunção para cumprimento de preceito constitucional (Artigo 7º, inciso IV) que estabelece o valor do Salário Mínimo;
7. Propor Conferência Nacional ampliada, com todos atores institucionais e sociais, envolvidos e afetados, acerca da Previdência Social em todas as suas dimensões;
8. Intensificar, direta ou indiretamente, a fiscalização no campo e nas cidades, para identificar casos de exploração das classes trabalhadoras (má condição de trabalho e de renda) a ponto dos(as) trabalhadores(as) preferirem a condição de usuários de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, à formalização de sua condição de trabalhador(a);
9. Criar o Canal TV Sindical/CNTI;
10. Mapear ações e influência de ex-magistrados atuando como advogados (afastados ou aposentados) em detrimento da realidade e da necessidade de justiça, em especial à trabalhista.

■ POLÍTICA E CIDADANIA - PROPOSIÇÕES:

1. Propor projeto de lei para que indicações de magistrados aos Tribunais Superiores se deem sem a intervenção das instâncias políticas (executivo e legislativo), considerando para tanto, por exemplo, uma seleção que contemple o tempo de serviço, publicações na área jurídica e ações públicas com relevância positiva na justiça social, submetidas diretamente às cortes superiores do judiciário;
2. Preparar proposição de PL para delimitar condições e temporalidade/carência à ação de ex-magistrados para que atuem como advogados;
3. Estabelecer proposição considerando pré-requisitos aos formandos em escolas técnicas e/ou universidades públicas, estabelecendo-se contrapartidas

sociais para que haja prestação de serviços (aulas e/ou pesquisas, por exemplo) para a sociedade/comunidade durante determinado período após a conclusão de cursos;

4. Encaminhar proposta ao MEC para a criação de cur-



RIO DE JANEIRO - RJ - Data: 23 e 24 de maio



JOÃO PESSOA - PB - Data: 16 e 17 de maio



RECIFE - PE - Data: 06 e 07 de junho



PORTO ALEGRE - RS - Data: 04 e 05 de junho



ITAPEMA - SC - Data: 29 e 30 de maio

Curso de Organização Sindical



SÃO LUÍS - MA - Data: 18 e 19 de julho



MONTES CLAROS - MG - Data: 01 a 03 de agosto



IGARAPÉ - MG - Data: 19 e 20 de maio

dos de "Humanidades, Trabalho e Cidadania" nas Universidades e/ou Institutos Federais;

5. Propor projeto de lei, ou proposta ao MEC, para que os certificados expedidos a participantes de cursos, congressos, seminários, conferências etc., organizados/promovidos pelas entidades sindicais, desde que cumpridas determinadas condicionalidades (comprovação de assiduidade, carga horária, por exemplo) tenham certificações devidamente reconhecidas pelo MEC e sejam considerados para efeito de pontuação em concursos públicos e cursos universitários;
6. Propor projeto de lei, ou proposta ao MEC, para que participantes de cursos, congressos, seminários, conferências etc., organizados/promovidos pelas entidades sindicais, desde que cumpridas determinadas condicionalidades (comprovação de assiduidade, carga horária, por exemplo), após avaliação específica e comprovada escolaridade (ensino médio ou superior), sejam certificados pelo MEC como técnicos, graduados ou especialista em: sindicalismo, humanidades, mundo do trabalho ou cidadania);
7. Propor projeto de lei, ou proposta ao MEC, para que o "tempo de docência", devidamente comprovado (com, por exemplo: programa de curso, plano didático/pedagógico, grade curricular etc.), de sindicalistas (ou assessores) ministrando cursos, ou atividades similares, organizados e realizados pelo sindicalismo seja reconhecido para efeito de comprovação, especialmente em concursos públicos;
8. Intensificar e promover campanhas/propostas para o fim do suplente de senador, garantindo-se que na falta, ou vacância, ocupe o cargo o candidato sequencialmente mais votado, como no caso das suplências de deputados e vereadores;
9. Propor projeto de lei que garanta óbices às coligações e mudanças de filiações partidárias, estabelecendo período carência para o lançamento de candidaturas, bem como para a possibilidade de acúmulo de tempo na propaganda eleitoral gratuita, nessas situações ou transições;
10. Intensificar campanhas e propostas para que atos de corrupção sejam considerados crime hediondo, tanto na esfera pública (políticos e/ou servidores) quanto privada (empresários e/ou trabalhadores), pessoa física e/ou jurídica, corruptores e/ou corruptos;
11. Intensificar campanhas e propostas para aumentar a participação popular na formulação de leis através da redução do número de assinaturas necessárias para apresentação de um projeto de lei ou emenda à Constituição;
12. Promover campanhas publicitárias visando informar os nomes de candidatos que prejudicaram ou têm atos políticos contrários aos trabalhadores.

■ ELEIÇÕES 2014:

1. Propor a CNTI que indique ou estimule a indicação de candidatos representantes dostrabalhadores (sindicalista ou trabalhador) ou pessoas identificadas com as classes trabalhadoras, para as eleições 2014, bem como destine apoio aos indicados;
2. Ampliar o debate contra a terceirização e as diversas formas de trabalho precário, inclusive tendo-o como prioridade nas discussões com os diversos candidatos que se apresentem ao pleito eleitoral de 2014;
3. Intensificar campanha para obrigatoriedade de no comprovante de votação vir registrado o nome e número do ou dos candidatos votados;
4. Priorizar a apresentação de pautas dos trabalhadores, já submetidas em assembleias (com lista de presença), como forma de participação coletiva e legitimidade aos pleitos a candidatos efetivamente comprometidos com as classes trabalhadoras;
5. Orientar as bases para que após a eleição se mantenham atentos aos candidatos eleitos, sobretudo em relação as suas propostas e planos de governo apresentados durante a campanha;
6. Intensificar campanha para conscientizar as bases que votem em trabalhadores, em seus representantes, ou em pessoas historicamente identificadas com as classes trabalhadoras.



SÃO PAULO - SP - Data: 02 e 03 de junho

INDÚSTRIA DE PAPEL PEDE MENOS IMPOSTOS, E EMPREGADOS DEFENDEM FIM DA TERCEIRIZAÇÃO

Desenvolvimento sustentável, fim da terceirização na cadeia produtiva e jornada de trabalho de 40 horas semanais foram alguns pontos debatidos pelo setor papeleiro durante audiência pública, no dia 5 de agosto, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.



O presidente do Sindicato das Indústrias de Papeis (SIP), Jerônimo José Garcia, e o presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo, Ozano Pereira da Silva, exemplificaram algumas dificuldades que devem ser enfrentadas, entre elas a alta carga tributária que incide sobre o setor. "A carga tributária prejudica as empresas diretamente. Um dos problemas que nós temos é a desoneração de folha, que

não é uma medida permanente, é provisória. E isso, é óbvio, de alguma maneira acaba refletido no custo da mão de obra".

O deputado Vicentinho (PT-SP), que solicitou a realização da audiência pública, disse que incentivará outros debates entre indústria e trabalhadores e será um mediador entre o setor papeleiro e o governo federal. "Acho que com uma boa discussão é possível sensibilizarmos o nosso governo", destacou.

TAXA DE DESEMPREGO MANTÉM-SE ESTÁVEL EM JUNHO

A taxa de desemprego no país manteve-se praticamente estável no mês de junho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O total de desempregados era 2,25 milhões, cerca de 14 mil pessoas a menos que em maio. A taxa de desemprego passou de 10,9% em maio para 10,8% em junho.

O nível de ocupação também registrou estabilidade no mês de junho. Foram criados 25 mil postos de trabalho, número superior



ao de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho, que foi 11 mil trabalhadores. O total de ocupados foi estimado em 18,6 milhões de pessoas e a população economicamente ativa 20,8 milhões de pessoas.

INSS DEVE GASTAR R\$ 424,5 BI COM APOSENTADORIAS EM 2015

O governo estima gastar R\$ 424,5 bilhões em 2015 com o pagamento de aposentadorias, pensões e auxílios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), valor que representa uma alta de 12,55% em relação à projeção de desembolsos para 2014 (R\$ 377,2 bilhões). Trata-se do maior gasto da União.

O Ministério da Previdência Social não faz mais estimativas sobre

a arrecadação, apenas das despesas. No ano passado, os gastos obrigatórios do INSS com esses pagamentos



MOBILIZAÇÃO NACIONAL - MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM DEBATE

A CNTI informa que o debate do Marco Regulatório da Mineração permanece em destaque entre nossas ações: Audiência pública na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, no dia 2 de setembro, no Anexo II, Plenário II, em Brasília. Ocasão em que faremos o lançamento nacional do Relatório Técnico de Pesquisa, nos termos do projeto "Identificação, mensuração e análise dos acidentes, doenças e mortes no setor mineral:

- Construção de modelo de monitoramento das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores das minerações", que apresenta os resultados finais de um estudo amplo e sistemático sobre os agravos à saúde do trabalhador do setor mineral da região do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, e também debaterá as propostas



dos trabalhadores da mineração e da sociedade sobre o MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO - PL 5807/2013.

- Visando à melhor preparação e nivelamento de informações do setor aos participantes na Audiência, além de outros encaminhamentos, no dia 01 de setembro, será realizado o Encontro Nacional de Trabalhadores da Mineração.

ELEIÇÕES 2014: 171 CANDIDATOS A GOVERNADOR DISPUTAM A PREFERÊNCIA DO BRASILEIRO

No dia 5 de outubro, mais de 141 milhões de eleitores devem comparecer às urnas para eleger os governadores de seus estados. De acordo com o TSE, 171 candidatos vão concorrer a 27 vagas de governador - com uma concorrência de 6,3 candidatos por vaga.

Nas eleições deste ano, cinco cargos estão em disputa. Além de governador, o eleitor brasileiro poderá eleger presidente, senador, deputado federal e deputado estadual (ou distrital, no caso do Distrito Federal).

De acordo com a Justiça Eleitoral, dos 171 candidatos ao governo dos estados, 42 (24,5% do total) tem entre 50 e 54 anos e 79,5% (136) concluíram curso



superior. A profissão mais comum entre os candidatos é a de advogado. O partido que mais indicou candidatos aos governos estaduais é o PSOL (27), seguido pelo PMDB (18) e pelo PT (17).

ELEIÇÕES 2014
CNTI
"O voto não se vende nem se compra"
Vote consciente!
Faça valer os seus direitos!
Na dúvida, consulte o seu sindicato
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
SEP/Norte Quadra 505 Conjunto A - CEP 70735-546 - Brasília-DF
Fone: (61) 3448-9900 - Fax: (61) 3274-7901
Site: www.cnti.org.br - E-mail: cnti@cnti.org.br